

Psicanálise e Comunicação Social: Afetos e Éticas nos Processos Midiáticos do Femicídio

Mônica Eulália da Silva Januzzi¹
¹Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,
Belo Horizonte, MG, Brasil

Mozahir Salomão Bruck¹
¹Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,
Belo Horizonte, MG, Brasil

Jacqueline de Oliveira Moreira¹
¹Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,
Belo Horizonte, MG, Brasil

Juliana da Costa Fernandes¹
¹Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,
Belo Horizonte, MG, Brasil

Nathíele Araújo Oliveira¹
¹Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,
Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: Este artigo é um recorte de pesquisa no qual se busca discutir os efeitos do atravessamento da mídia no campo da violência contra as mulheres e das reverberações coloniais nele presentes. A partir do convite ao diálogo entre dois campos do saber, a Comunicação Social e a Psicanálise de orientação lacanianiana, abordamos tais efeitos pela escuta de duas histórias singulares de mulheres que sofreram tentativas de feminicídio e em cujas narrativas a influência da mídia desempenhou um fator importante no modo com que vivenciaram a situação. Como resultado, entendemos que o diálogo interdisciplinar sobre o problema da violência de gênero é urgente, e que a mídia é potente nos processos atuais de subjetivação, tanto mantendo e perpetuando discursos patriarcais sobre o corpo da mulher como possibilitando a desconstrução da hegemonia e o questionamento de tais discursos. No entanto, é necessário não perder de vista a dimensão singular do sujeito ante a Era da Performance, que molda os modos de subjetivação atuais.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher, Femicídio, Mídia, Psicanálise, Comunicação Social.

Psychoanalysis and Social Communication: Affections and Ethics in the Femicide Media Processes

Abstract: This article is a section from a research discusses the media impact on violence against women and the colonial reverberations present therein. Based on a dialogue between two areas of knowledge, Social Communication and Lacanian-oriented Psychoanalysis, we approach such impact by listening to two unique stories of women victims of attempted femicide and in whose narratives the media influence played an important factor in how they experienced the situation. Consequently, interdisciplinary dialogue on the issue of gender-based violence is urgent and the media is powerful in contemporary subjectivation processes, maintaining and perpetuating patriarchal discourses about women's bodies, enabling the deconstruction of hegemony and the questioning of these speeches. However, one cannot lose sight of the singular dimension of the subject in the Age of Performance, which shapes contemporary subjectivation.

Keywords: Violence against Women, Femicide, Media, Psychoanalysis, Social Communication.

Psicoanálisis y Comunicación Social: Afectos y Ética en los Procesos Mediáticos del Femicidio

Resumen: Este artículo forma parte de una investigación mayor y busca discutir los efectos del impacto de los medios de comunicación en el campo de la violencia contra las mujeres y las reverberaciones coloniales presentes en el mismo. A partir de la invitación al diálogo entre dos campos del conocimiento, la Comunicación Social y el Psicoanálisis de orientación lacaniana, abordamos tales efectos escuchando dos historias únicas de mujeres que sufrieron intentos de feminicidio y en cuyas narrativas la influencia de los medios de comunicación jugó un factor importante en la forma en que vivieron la situación. Como resultado, entendemos que el diálogo interdisciplinario sobre el problema de la violencia de género es urgente y que los medios de comunicación son poderosos en los actuales procesos de subjetivación, por mantener y perpetuar los discursos patriarcales sobre los cuerpos de las mujeres y permitir la deconstrucción de la hegemonía y el cuestionamiento de los discursos. Sin embargo, es necesario no perder de vista la dimensión singular del sujeto en la Era de la Performance, que configura los modos actuales de subjetivación.

Palabras clave: Violencia contra la Mujer, Femicidio, Medios de Comunicación, Psicoanálisis, Comunicación Social.

Introdução

A violência doméstica contra a mulher no Brasil é uma problemática grave e persistente, demandando análises transdisciplinares para a compreensão da complexidade e dos impasses que a questão abarca. Nesse sentido, propomos, neste artigo, estabelecer um recorte que possibilite um diálogo entre os campos de estudos da Comunicação Social e a Psicanálise de orientação lacaniana, acerca dos efeitos dos atravessamentos da mídia no âmbito da violência contra as mulheres, a partir das reverberações coloniais patriarcais aí presentes.

Embora muito ainda há no que se avançar, sob diversos aspectos, a implantação da Lei Maria da Penha (*Lei nº 11.340, 2006*) representou um salto no enfrentamento do problema, em especial pela possibilidade de dimensioná-lo na esfera criminal. A exemplo do feminicídio, a partir da promulgação da lei, os casos de agressões contra mulheres passaram a ser registrados como crimes de gênero e puderam revelar um cenário de violência estrutural e preocupante na sociedade brasileira.

Nessa esteira, dados produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ([Ipea], 2022) indicam, no país, um aumento significativo dos casos, ano a ano, revelando uma realidade que escapa aos

muitos esforços envolvidos na questão, sobretudo no campo das políticas públicas. Não é dado novo o fato de que aspectos culturais patriarcais e misóginos, enraizados na sociedade, contribuem para a intensificação desse cenário, bem como de outro, o da subnotificação dos casos, que subestima a real extensão da situação, como indicam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE], 2021). Estudos mais recentes, como a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (Instituto de Pesquisa DataSenado, 2023), realizada anualmente desde 2005 em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, indicam que, a cada 10 brasileiras, três já foram vítimas de violência doméstica. Vale ainda destacar que 73% dessas mulheres declararam que não denunciaram o agressor. A justificativa para isso seria o medo, seguido de percepção de falta de punição, dependência financeira e falta de conhecimento sobre seus direitos.

Dados como esses são igualmente alarmantes em toda a América Latina. Segundo o jornal *El País* (Reina, Centenera, & Torrado, 2018) e a geógrafa Moscatiello (2020), a região é altamente letal para mulheres, mesmo se comparada a uma zona de guerra. O Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, órgão da Comissão

Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) (Organização das Nações Unidas [ONU], 2023), afirma que, dos 20 países em que mais se matam mulheres no mundo, 11 estão nessa região.

Tal contexto nos levou, em 2023, a propor uma pesquisa¹ que interroga sobre as reverberações coloniais e seus efeitos nos casos de feminicídio ocorridos no Brasil. Nosso principal objetivo é investigar se o feminicídio à brasileira se reproduz por meio de heranças coloniais e reverberações estruturais, buscando apontar caminhos para seu enfrentamento, no âmbito da clínica psicanalítica. De início, partimos da constatação de que a questão impacta diretamente as dimensões, digamos, particular e pública do problema do feminicídio. De um lado, no campo privado, notamos os efeitos da transmissão transgeracional, que naturaliza a violência doméstica contra a mulher; de outro, no campo público, encontramos representações sociais estereotipadas que mantêm a mulher em relações de violência de gênero muitas vezes invisibilizadas.

No Brasil, identificamos que as regiões Sudeste, Sul e Nordeste são os locais onde mais se matam mulheres pela condição de gênero, em números absolutos (Ipea, 2022). Nesse sentido, a fim de circunscrever nosso campo de estudo, buscamos ouvir mulheres de Minas Gerais que sofreram tentativas de feminicídio. Nossa escolha metodológica foi a de ouvi-las mediante as chamadas narrativas memoria-lísticas (Guerra, Moreira, & Silva, 2022), cuja técnica de entrevista consiste no convite à fala livre, a partir do seguinte pedido: “Conte-nos sua história”. Essa técnica propicia, ante a temática proposta, que, ao falar, o participante da pesquisa articule os temas diversos que surgem do conteúdo de suas narrativas com as questões singulares de sua experiência de vida.

No artigo que ora apresentamos, destacamos os efeitos do atravessamento da mídia no campo da violência contra as mulheres e nas reverberações coloniais presentes nas experiências de tentativas de feminicídio sofridas por duas mulheres participantes da pesquisa. Assim, se, por um lado, os dados quantitativos revelam um cenário de escala macrossocial extremamente importante na abordagem do problema, no artigo que ora apresentamos, buscamos abordar o assunto sob outro ângulo. Propomos, por meio de histórias singulares, dar voz a casos

únicos e, com base neles, estabelecer uma reflexão teórica e crítica sobre as relações possíveis entre mídia e violência doméstica contra a mulher.

Para isso, parece-nos importante, primeiramente, definir a mídia e seus discursos. Em seguida, formalizar a discussão que possibilita apreender sob quais condições a mídia pode contribuir para a cultura de violência de gênero mediante, por exemplo, a exposição de conteúdos violentos, como relatos detalhados de feminicídios. Por outro lado, no quarto tópico, trabalhamos o potencial crítico e eficaz da mídia, colocada na direção do combate à violência contra as mulheres.

Mídia tentacular: a diversidade de braços que ampliam as possíveis definições

Não se pode escapar à mídia, pois ela se faz presente em todos os aspectos e dimensões da vida cotidiana. Dito assim, tal afirmação parece ter tonalidades fortes e sugestivamente fatalistas, mas não deixa de traduzir, por si e em si, uma efetividade: nossa vida social se realiza de modo relevante e se referencia nos processos e narrativas que compõem a ambiência midiática, cada vez mais insistente e intensa.

Como nos aponta Silverstone (2005), exatamente por se fazer cada vez mais onipresente, diária, por assim dizer, inescapável, a mídia se tornou uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea ou, como indicou Isaiah Berlin (como citado em Silverstone, 2005), devemos pensar a mídia como parte da textura geral da experiência. Berlin nos provoca ao tentar nos mostrar que, se, por um lado, a mídia se instala como lugar do ordinário e do contínuo, por outro, sequestra nossa atenção e nossa agenda diária em razão de acontecimentos que nos comovem, chocam, causam repugnância, provocando nossa atração. Já o corriqueiro diz respeito aos próprios modos de estarmos no mundo e que subsistem, pois se mostram essenciais para vivermos e nos comunicarmos.

Entre as importantes mudanças provocadas pela digitalização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) destacam-se, certamente, as novas posições que passam a ocupar o quase silenciado receptor das tradicionais mídias massivas que prevaleceram fortemente até os anos 1980, anteriormente ao surgimento da internet. Se, até então,

¹ Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CAAE n.º 68591123.9.0000.5137.

esse receptor se colocava meramente como um receptor de conteúdos (mas sempre autônomo em termos da compreensão de significados e sentidos acerca das mensagens que recebia), a partir da ampliação do acesso às infinitas possibilidades da ambiência digital, passou também ele a interferir, reorientar e produzir conteúdo. A desverticalização da comunicação, na Era Digital, estabelece novos parâmetros para a presença da mídia na sociedade.

Os lugares de fala e lugares de enunciação se reconfiguram, e o status do mero receptor fica restrito aos processos da chamada mídia massiva tradicional. Mas, mesmo a mídia massiva busca, com agilidade, reinventar-se, pois sabe que, nos novos condicionamentos da comunicação, a sociedade parece desejar, prioritariamente, interação. O antes mero receptor também quer efetuar comandos, influenciar na agenda pública e expor suas opiniões, seus desejos e suas frustrações.

Com base em Braga (2006), pensar a mídia como um processo interacional de referência nos apoia no sentido de compreendermos, de partida, que a mídia, mais do que um “lugar” de realização simbólica, é, na verdade, um processo de natureza dispositiva (Deleuze, 2005). A mídia se estabelece e estabelece seus efeitos a partir de linhas de enunciação, linhas de força, linhas de fuga, linhas de subjetivação, entre outras. E, como nos diz Deleuze (2005), todas elas, linhas de poder.

Baseado no entendimento de que os processos interacionais de referência são aqueles principais processos direcionadores na construção da realidade social, Braga (2006) destaca que um dos objetivos dos processos de mediatização² é abreviar o tempo da circulação dos conteúdos, em suas diversas naturezas e formatos. Mas essa circulação não pode ser pensada apenas como de caráter transmissivo. Interação pressupõe comandos mútuos e diversos. Nesse sentido, o antes mero receptor se transformou em um intertante no alargado processo de interações promovido pela mediatização. Por meio de retomadas sucessivas e de reobjetivações, o que “faz a mídia” é questão social e gera processos que dizem respeito a nossos modos de ser, passando a fazer, nuclearmente, parte da sociedade, quer sejam positivos ou negativos (Braga, 2006).

Nesse sentido, podemos entender a mediatização como um processo operador relevante pela construção do tecido social. Como aponta o autor, esse processo de mediatização da sociedade encontrar-se-ia tão desenvolvido que frequentemente seria assumido como modo dominante, podendo ser percebido, nessa perspectiva, como processo interacional de referência, como cunhou o pesquisador. Parece-nos importante ressaltar que a mídia tem forte influência na produção das representações sociais dos sujeitos em relação a diferentes temas, aqui nos interessando a influência da mídia na representação sobre a violência contra a mulher.

Os estudos dos efeitos das mídias sobre as audiências datam de longa data, sendo anteriores ao surgimento das chamadas mídias massivas. Barros Filho (2001) busca a concepção de McQuail e define em três fases a trajetória da pesquisa sobre efeitos da mídia. Na primeira, até os anos de 1940, quando são atribuídas a ela grandes poderes para mudar atitudes e comportamentos (os efeitos ilimitados). Na segunda, até início dos anos 1960, quando se lhes nega eficácia e capacidade de alterar, ao menos imediatamente, os comportamentos e as opiniões. Na terceira fase, a partir de então, redescobrem-se os poderes da mídia, cada vez mais se desvelando suas multifacetadas.

Tais linhas de estudos que consideravam, *a priori*, a natureza vertical e unidirecional da mídia massiva vêm sendo, desde os anos 1990, com o alargamento do uso da internet, obrigatoriamente revisitadas. Não parece exagero afirmar que, na reordenada configuração midiática contemporânea, tais impactos tornaram-se ainda mais complexas e, muitas vezes, imperscrutáveis. Se a mídia, por si só, não pode ser considerada responsável pelas imagens, pelos imaginários e, em especial, pelas representações que o sujeito estabelece nas mais distintas dimensões da vida social, não se pode, por outro lado, menosprezar os efeitos que produz nos âmbitos individual e coletivo.

As representações sociais de mundo, de justiça, dos nossos corpos e das relações são desenvolvidas desde a infância e desempenham um papel importante na formação do pensamento social (uma consciência subjetiva que se situa e nos posiciona nos contextos sociais). Em uma releitura crítica de

² Braga (2006) usa o termo mediatização com o mesmo sentido de midiática. Assim, neste artigo, usamos ambos para descrever um processo interacional de referência em que a mídia é o elemento central e mobilizador.

Durkheim sobre a representação coletiva, Moscovici (2007) cunhou o termo “representação social” a partir de seus estudos do fenômeno na Psicanálise. As representações sociais têm uma natureza histórica e são transmitidas de uma geração a outra por meio de processos comunicativos que constroem percepções expressas a partir da linguagem.

Em seu percurso de formação, as representações sociais se transformam em senso comum: penetram no ambiente cotidiano, permeando nossas interações, além de circular nos meios de comunicação (um mediador simbólico). O campo midiático é fonte confiável de recebimento de informações que “penetram tão profundamente em todos os interstícios do que nós chamamos realidade” (Moscovici, 2007, p. 210). Se importa o que os meios de comunicação dizem e como o fazem, ao desempenharem seu papel nas concepções sobre crime, vítimas, famílias e sistema de justiça tornam-se palco principal onde essas noções se desenvolvem. Ao noticiar e informar sobre casos de violência doméstica contra as mulheres, a relevante posição dos meios de comunicação aos olhos da sociedade participa e contribui para a construção de representações sociais sobre as relações de gênero (Fernandes, 2022).

Regras como dramatização, novidade e atipicidade da desviância e da violência são características definidoras do que deve ser noticiado. A versão do fato adaptada à linguagem midiática transforma a notícia em algo espetacular, muitas vezes moldada por ficção, fantasia e emoções manipuladas, a fim de atender aos anseios econômicos e de informação do público. Discursos midiáticos podem reforçar preconceitos de origem e reproduzir desigualdades de gênero ou contribuir para sua transformação. O que se observa é que, predominantemente, a violência contra a mulher é retratada de forma sensacionalista, negligenciada, por vezes romantizada, o que contribui para a persistência das estruturas patriarcais. Essa abordagem não apenas justifica, mas também legitima essa violência, em vez de promover uma compreensão crítica e informada.

Levantamento realizado pelo Instituto Patrícia Galvão, organização da sociedade civil voltada para o tema da violência contra as mulheres no Brasil (Sanematsu, 2019), analisou a cobertura da imprensa após um ano de promulgação da Lei do Feminicídio. A análise de veículos representativos das cinco regiões do país revelou uma abordagem majoritariamente

romantizada, que culpabiliza a vítima, atribuindo as causas a ciúmes, violenta emoção, defesa da honra, entre outras. Há ainda uma crítica aos conteúdos, por sua riqueza de detalhes e prevalência de abordagem sob o viés policial. O estudo ainda conclui que, ao transformar tragédias individuais em espetáculos, a mídia propicia a notoriedade dos agressores, podendo, assim, contribuir para estimular ou fortalecer comportamentos violentos.

Correia, Neves, Gomes e Nogueira (2017) identificaram que as notícias sobre feminicídio têm um impacto negativo na opinião pública em geral, mas particularmente nas pessoas envolvidas no que denominaram violência na intimidade. Além de exacerbar as desigualdades de gênero, os meios de comunicação podem contribuir para o aumento da criminalidade de gênero. O efeito *copycat* é uma das consequências das narrativas midiáticas sobre o feminicídio, que resulta no aumento de casos por imitação. Originalmente associada aos estudos sobre suicídio e ao “efeito Werther”, proposto pelo pesquisador americano David Phillips, em 1974, a tendência para o mimetismo reacende a discussão sobre a responsabilidade dos meios de comunicação na produção noticiosa. Vejamos como esse efeito aparece em um dos casos de nossa pesquisa.

“Um corpo que cai”: notícias de feminicídio nas mídias

O filme *Um corpo que cai* é, constantemente, apontado como uma das produções de Hitchcock (1958) que mais expressam a exploração da mulher como objeto de desejo do homem. Fazendo um paralelo com a narrativa de uma das mulheres participantes da pesquisa, pareceu-nos pertinente identificá-la como Madeleine, em referência à personagem Madeleine Elster, interpretada por Kim Novak. Com base nessa analogia, apresentaremos fragmentos da história dessa mulher da vida real, atravessada por dinâmicas midiáticas, em que os homens são legitimados a exercer olhar e comportamento controladores, enquanto as mulheres são frequentemente retratadas como objetos.

Eu tinha uma vizinha, que foi justamente a que denunciou quando aconteceu o ápice da violência, assim, a tentativa de feminicídio, que ele começou a proibir também de ir na casa dela. E aí, na televisão, tava passando várias notícias sobre femini-

cídio, e aquilo dava ideia pra ele. Eu percebia que as ameaças que ele fazia eram parecidas com as notícias que apareciam na televisão. Teve uma vez que, quando uma advogada foi jogada de uma janela, e a vizinha morava em cima (a gente alugava a casa dela), e ele falou: “Se você subir lá, vou te jogar de lá de cima. Se você for lá conversar, vou te jogar de lá de cima”. Então eu fui percebendo que ele tava começando a ter ideias de como me matar (riso). É, e fui ficando assim, mais ligada com isso. Eu começava a rir de nervoso (riso), mas, eu comecei a perceber. Eu falava: “Gente, esse negócio não tá legal”, porque ele tá começando a me ameaçar, e eu via que ele (pausa) pensava bem analiticamente, sabe? (Madeleine)

Muito se questiona sobre os efeitos dos processos de midiaticização na vida cotidiana das pessoas. Obviamente, as transformações da virtualidade, sobretudo pelas influências midiáticas, participam ativamente da construção dos modos de subjetivação atuais. No entanto, ao nos interrogarmos sobre os efeitos dos conteúdos midiáticos em situações de violência de gênero, entendemos que a questão precisa ser abordada em sua complexidade. Isso significa que constatar a influência midiática nesse contexto não diz tudo sobre o problema, sobretudo porque não se trata de reduzir a questão aos efeitos generalizados de um adestramento do comportamento e seus efeitos na produção de identidades masculino-normativas que se autorizam na atuação da violência contra a mulher. Há que não se perder de vista a dimensão singular de responsabilização do próprio sujeito em seus atos.

Entendemos que a escala massiva pela qual os conteúdos midiáticos atingem seus usuários favorece a construção de representações sociais mais ou menos equivalentes, que reverberam em padrões normativos encontrados e perpetrados no patriarcado e na misoginia, o que repercute em heranças coloniais presentes nas relações de gênero. Nesse sentido, a forma como o corpo da mulher é tratada (como terra invadida, descartada e violentada) parece-nos representar um marcador colonial importante nas relações de gênero. A esse respeito, Moscatiello (2020) denuncia: “Como um sintoma da crise social/política/econômica que nos assola, como se houvesse

uma continuação da violência colonial, nós, mulheres latinas, convivemos com o lema: corpo de mulher, perigo de morte” (p. 1). Assim, por mais que os sujeitos reajam aos conteúdos midiáticos de formas distintas, casos como o de Madeleine deixam evidente o potencial midiático como paradigmático no processo que dá consistência e faz veicular a identificação do agressor com uma identidade masculino-normativa própria de reverberações coloniais.

Para discutirmos a complexidade da questão, propomos um diálogo com a lógica do interacionismo simbólico e a Psicanálise de orientação laciana, tentando, pois, circunscrever possíveis efeitos massivos do campo do imaginário sobre o real que envolve a midiaticização da violência de gênero contra a mulher e o feminicídio.

O interacionismo simbólico é um campo que estuda o modo como as pessoas interpretam símbolos significantes compartilhados socialmente, por meio de objetos, ideias e outros indivíduos, e como essa interação interfere na produção de comportamentos em situações específicas. Segundo Fernandes (2022), nesse campo, quando uma mensagem é transmitida, não apenas seu conteúdo verbal tem significado, mas também a forma como é comunicada e o que não é dito. Conceber o receptor como um destinatário passivo é um erro: o processo de comunicação é muito mais complexo. A natureza da enunciação é intrinsecamente social. Os pensadores da Escola de Chicago³ defendem que os meios de comunicação não emitem apenas mensagens, mas moldam *frames* de interpretação para essas mensagens (Fernandes, 2022). A mídia reúne e confronta diferentes perspectivas e enquadramentos, construídos a partir das experiências.

George Herbert Mead (1974) foi considerado o precursor do movimento interacionista e um dos primeiros a se afastar da clássica equação behaviorista estímulo-resposta, reconhecendo a singularidade humana na atribuição de significado ao mundo e considerando ainda que a concepção do ato se produz por uma fase interna e outra externa. Em sua concepção, indivíduos interpretam ativamente o mundo por meio de processos relacionais. Nessa concepção, a comunicação estaria, portanto, intrinsecamente ligada a processos de socialização e aculturação, contribuindo, assim, para a transmissão

³ Na Escola de Chicago, a tradição de pesquisa foi orientada com base na sociologia das relações, influenciando diretamente a corrente de pensamento interacionista presente nos trabalhos de George Mead, Herbert Blumer e Erving Goffman.

de informações, atitudes, modelos, tradições e hábitos (Gastaldo & Braga, 2013).

Em seus estudos sobre os efeitos da mídia, Blumer (1969), discípulo de Mead, apresentou sua teoria do interacionismo simbólico e as implicações do processo de mediação, denominado por ele de processo interpretativo. Considerou três premissas: o comportamento humano se fundamenta nos significados dos elementos do mundo; a fonte dos significados é a interação social; e a utilização dos significados ocorre mediante um processo de interpretação. Esses elementos se interdeterminam em um movimento espiral (Ennes, 2013). Nesse processo, a linguagem é parte integral da ação socializadora, que permite o reconhecimento dos diferentes contextos sociais nos quais os indivíduos e seus grupos se constituem.

Erving Goffman (1998), em sua abordagem no interacionismo simbólico, considera as interações de forma mais cristalizada, como uma ordem social moldada para atender às expectativas da sociedade. Para Fernandes e Barichello (2021), a concepção de Goffman (1998) usa a metáfora da vida social como um teatro, em que as interações são encenações com papéis socialmente definidos. Essa encenação envolve comunicação verbal e não verbal, que vai muito além de um simples processo de codificação/decodificação: dá-se muito mais por um processo de dramatização.

Embora a Psicanálise de orientação lacaniana permita uma aproximação com o campo do interacionismo simbólico, isso somente é possível até certo ponto, já que tal diálogo demanda algumas distinções teórico-conceituais mais específicas. Em Psicanálise, o campo simbólico é o campo da linguagem por excelência, campo com base no qual o discurso se funda como aparato necessário à passagem do ser como organismo vivo para a condição de sujeito de sua própria subjetividade. O ser humano, nessa perspectiva, habita a linguagem, sendo nela inserido como uma estrutura que o antecede (Lacan, 1954-1955/1985; 1953/1998a). Os ordenadores próprios da ordem social vigente participam dessa operação, mas também aqui a comunicação não se reduz a um esquema em que a mensagem chega, por meio do emissor, de forma linear, a seu receptor.

Para demonstrar como ocorre para o sujeito o enquadramento da sua própria realidade, Lacan (1961-1966/1998b) retomou o esquema óptico de Bouasse que, por analogia, permite a compreensão

da constituição psíquica do Eu e do sujeito por meio de sua teoria do estádio do espelho, cuja estrutura é eminentemente imaginária. O campo do imaginário é o campo das identificações e das alienações à imagem do Outro como semelhante, cuja significantização requer certo enquadramento especular simbólico que produz sentido a partir da especificidade significativa do referente, ou seja, do contexto presente na ordem social vigente. Para a Psicanálise lacaniana, o discurso se estrutura pela primazia do significante que sempre deixa um resto não representável e pelos modos de gozo do sujeito que fala. No campo simbólico das significações que participam da estruturação da linguagem, o significante, como tal, não pode significar nada em si mesmo. A operação de significação depende daquilo que um significante representa para outro significante, em uma cadeia articulada pela noção de alteridade simbólica que se faz presente como ponto de equivocação em cada discurso.

Naquilo em que a constituição do Eu se dá a partir da sua relação com o Outro, não podemos deixar de enfatizar, a propósito do objetivo do nosso texto, a função da mídia como esse Outro especular, na constituição e produção dos modos de subjetivação e seus efeitos na atuação dos agressores nas situações de violência contra a mulher. Em que o campo da cultura é tomado, como simbólico, como aquele que deveria dar contorno à relação imaginária de rivalidade, o que se percebe, a partir da espetacularização da violência na mídia, é uma repetição desse lugar de objeto pelo qual o corpo da mulher é tomado.

Ao moldar a narrativa de forma a expor a violência sofrida pelas mulheres como espetáculos a ser consumidos, os relatos detalhados de feminicídio retiram das vítimas sua condição humana, apagam suas histórias e sua condição de sujeito, e lançam as mulheres à pura condição de objeto do gozo do Outro. O relato de Madeleine, ao narrar como seu agressor retirava das notícias de feminicídio ideias de como agredi-la, expõe precisamente essa objetificação e desumanização das mulheres em prol da exploração da violência como mercadoria de consumo.

Em que Lacan traz o processo de identificação presente no estádio do espelho como um processo de alienação, da mesma forma, a mídia, como esse Outro especular, ao transformar cenas de feminicídio em consumíveis imagéticos, contribui para manter aqueles que consomem tais notícias alienados da estrutura social que perpetua essa mesma violência.

Assim, mobilizam-se os afetos em relação às cenas de violência, sem, contudo, dar algum tratamento às causas dessa violência, contribuindo para a perpetuação do problema.

Nesse contexto, a vida e a história dessas mulheres são apagadas em virtude da espetacularização da cena de violência. A construção de uma narrativa que privilegia a dramaticidade dessa violência desvincula a notícia de suas causas estruturais, transformando a mulher em um mero corpo, um objeto desprovido de sua humanidade. Assim, as mulheres não são tratadas como sujeitos, mas sim como cenas de mortes anunciadas, reduzidas a uma representação simplificada que negligencia suas experiências e perpetua sua desumanização. Por isso o agressor de Madeleine pode tomar essas imagens como fonte de identificação para a agressividade que destina à parceira, objetificada nesse mesmo circuito. A mídia age aqui como um espelho, refletindo a imagem da mulher como mero objeto, um corpo sem vida e história, no qual os detalhes do que leva, ou pode levar, à morte são mais destacados do que as estruturas sociais que a perpetuam. Dessa forma, o agressor encontra na representação midiática uma validação para a violência que direciona à parceira, alimentada pela visão distorcida dessas mulheres como nada mais do que um corpo morto, desprovido de subjetividade.

O fenômeno de identificação do agressor com o conteúdo midiático veiculado a partir de outro agressor promove, assim, o reconhecimento do Outro como semelhante em virtude do referencial patriarcal que faz aparecer um Eu ideal masculino-normativo a ser buscado. No entanto, trata-se muito mais de uma identificação ilusória e enganosa com o semelhante, cuja imagem mascara sua real impotência.

Identificando experiências de violências: o poder da mídia no combate à naturalização da violência contra a mulher

A ambiência midiática, e seus infinitos entrecruzamentos de significados e sentidos, oferece outras perspectivas, desafiando e desconstruindo a narrativa unidimensional que transforma a mulher em mero objeto. Quando assumem uma posição ética e culturalmente sensível, os meios de comunicação fomentam debates capazes de combater a naturalização da violência de gênero. Revelam, portanto, uma diferente possibilidade de pensar e articular violência contra mulher e mídias.

Recorrendo novamente à obra cinematográfica para apresentar fragmentos da história de outra mulher participante da pesquisa, chegamos a *Alice não mora mais aqui*. Dirigido por Martin Scorsese (1974), foi um dos primeiros filmes de Hollywood a dialogar verdadeiramente sobre a violência contra a mulher. A protagonista Alice foi interpretada pela atriz Ellen Burstyn (Oscar de melhor atriz), que, inspirada na eclosão do movimento feminista, fez questão de um papel que trazia a perspectiva da mulher, retratada com vivacidade, autonomia e dignidade. A “nossa” Alice da vida real também despertou, atravessada de maneira diferente pelas dinâmicas midiáticas.

No começo eu achava que era normal, porque, para mim, aquilo ali era melhor do que na casa da minha avó. E, na minha cabeça, eu achava que todo casamento era aquilo: que a mulher tinha que fazer relação com o homem todos os dias, que a mulher não podia pôr batom, que a mulher não podia cumprimentar uma pessoa, que a mulher só podia ir aonde o marido mandava, que a vida de casada era aquilo. Até que, tipo assim, eu fui morar com ele com 16 anos. Então eu realmente não sabia de nada. Ele foi meu primeiro homem . . . Então, assim, eu achava, na minha cabeça, que estava normal. Algumas vezes, eu tentava me abrir com a minha avó, e ela me mostrava que era normal, que ela tinha passado por aquilo no casamento dela, que casamento era aquilo, que homem era aquilo. Então, na minha cabeça, foi normal. Só que a gente vai vendo na televisão [ênfase adicionada]. Eu gosto muito de ver televisão. Então eu fui vendo na novela, na Globo [ênfase adicionada] . . . Não sei agora, porque tem muito tempo que eu não vejo, na televisão que ainda queimou! Tinha muito aquelas coisas que passavam, assim, acabava a novela, acabava a cena e, no final, falava assim: “Denuncie, violência!”. Aquilo, eu fui começando a ver e falava: “Gente, mas isso é o que eu vivo!”. Então isso não é um casamento! Eu fui começando a ver que aquilo não era. Porque, na minha cabeça, casamento era aquilo que eu vivia e aquilo que eu pensava que era um casamento, a pessoa viver bem, tudo . . . Era conto de fadas. E eu estava imaginando outra coisa: que a vida real era a que eu estava vivendo. Só que, na novela, foi começando, algumas novelas que aconteciam o caso,

e falava “Denuncie”, e não sei o que . . . Fui vendo e aí que eu fui, tipo assim: “Não, casamento não é isso!”. Aí que eu fui começar a questionar ele. Não! Não, eu não sou obrigada a fazer relação todo dia, não existe isso no casamento. Não! Está errado! Se eu não deito com ele é que eu estou com outro homem? Não! Ele tem que confiar em mim. Eu fui começando, tipo assim, a entender que ele estava errado, tipo assim, que eu não poderia aceitar aquilo. Aí as brigas aumentaram, porque eu comecei a enfrentar e a falar com ele: “Não! Eu não sou obrigada. Onde que falou que eu sou obrigada a fazer relação com você? Para você chegar e querer ter uma relação, tem que ter me tratado bem, a gente tem que ter passado um dia bom, você tem que ter cativado”. Eu falei com ele assim: “Ninguém chega numa árvore e já vai colher os frutos sem plantar”. E fui debatendo com ele. Foi aonde que eu comecei a ver que, tipo assim, que realmente ele estava errado e que ele não iria mudar. E fui criando força para poder separar. (Alice)

No caso de Alice, somos levados a retomar o tema da identificação, agora sob sua própria perspectiva, já que, no caso, é ela quem se identifica com as personagens das telenovelas. Em *Psicologia de grupo e análise do Ego*, Freud (1921/1996), mais precisamente no famoso capítulo VII, revela que a identificação é a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. Badiou (1995) destaca que esse processo é brilhantemente explicado pela Psicanálise. A identificação, nesse sentido, é um processo inconsciente realizado pelo Eu quando este se transforma num aspecto do objeto, ou seja, quando o Eu incorpora na sua construção traços do outro. Segundo Badiou (1995):

Uma concepção “mimética”, que situa a origem do acesso ao outro na própria imagem do Eu redobrada, também mostra o que há de esquecimento de si mesmo na captura desse outro: o que o Eu valoriza é esse eu-mesmo-à-distância que, justamente por ser “objetivado” para minha consciência, me constrói como dado estável, como interioridade dada em sua exterioridade (p. 36).

O Ego (Eu) é constituído na relação com o Outro, sendo que essa alteridade habita o cerne do

Eu eternamente. A identificação será o conceito que torna efetiva a afirmação de que na origem do Eu está o Outro. O Eu carrega, em seu corpo e psiquismo, as marcas indelévels da relação com o Outro. Assim, no processo permanente de constituição e modificação do Eu, estamos abertos ao encontro com o Outro e, dessa forma, é importante ressaltar que o conceito de identificação anuncia a diversidade de vozes que habitam o Eu.

Essas vozes podem ser das atrizes que, nos veículos midiáticos, definem e categorizam diferentes formas de violência contra a mulher. A narrativa de Alice revela o potencial da televisão, especialmente das novelas, de desempenhar uma função ética no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Em 2003, a produção de Manoel Carlos, *Mulheres apaixonadas*, retratou um caso extremo de violência doméstica, que colaborou para o aumento de mais de 40% nas denúncias à Delegacia Especial de Atendimento à Mulher do Rio de Janeiro, segundo o site Memória Globo (“Mulheres apaixonadas”, 2021). O efeito educativo antecipava o debate que se consolidou, três anos depois, na Lei Maria da Penha (*Lei nº 11.340*, 2006).

Essa novela trouxe o debate para dentro de todas as casas. Aquilo que, até então, era considerado “briga de marido e mulher, onde ninguém mete a colher” foi exposto em horário nobre. Ali, a mídia teve um papel importante no desencadeamento da Lei Maria da Penha, deu um empurrão e, em 2006, a lei entrou em vigor (Sant’Ana como citado em Verdélio, 2020).

Em pesquisa sobre a representação da violência doméstica em telenovelas brasileiras, Santos (2014) destacou a relevância desse entretenimento televisivo para a construção de representações sociais, reconhecendo que essas representações buscam tornar familiares elementos até então não experimentados. Quando cenas da telenovela suscitam discussões, observam-se a partilha e a influência das representações, transformando conceitos em imagens concretas. Compreende-se, desse modo, que as novelas desempenham uma função pedagógica ao proporcionarem perspectivas e alternativas sobre temas como violência contra mulheres e relacionamentos afetivos. São produções que evidenciam as potenciais desconstruções, no âmbito cultural,

de práticas, crenças e valores frequentemente experimentados e difundidos de maneira naturalizada, especialmente em relação às dinâmicas entre masculino e feminino.

Esse papel pedagógico também reafirma a importância da Lei Maria da Penha (*Lei nº 11.340*, 2006). Pasinato (2010) destaca que a lei é estruturada em três pilares, entre eles o da prevenção e da educação como estratégias para impedir a reprodução social da violência de gênero e discriminação. Inclui, nesse âmbito, a exigência de respeito nos meios de comunicação social para evitar estereótipos que legitimem ou exacerbem a violência, envolvendo diversas mídias que contribuem para a formação cultural e conhecimento sobre as relações de poder e controle.

Dada a contribuição das novelas para amplificar debates públicos sobre temas sensíveis, como a violência contra a mulher, um modelo de convergência midiática se estabeleceu a partir dos anos 2000, articulando as tramas televisivas com campanhas publicitárias, como mencionado na narrativa de Alice. Essas inserções de caráter educativo, embora pontuais em comparação a ações permanentes, “Apresentam uma contribuição importante em função de seu papel disseminador de informações e produtor de sentidos que operam em disputa no campo social” (Lamego, 2014, p. 34).

As campanhas educativas de conscientização fazem parte das recomendações do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW), gerido pela ONU, para “Adotar e implementar medidas efetivas para encorajar todas as mídias, inclusive publicidade e mídias sociais ou on-line, a eliminar a discriminação das mulheres em suas atividades” (Conselho Nacional de Justiça [CNJ], 2019, p. 28), bem como ações de enfrentamento da violência de gênero por meio de seus serviços e plataformas. Como já referenciado (Sanematsu, 2019), a mídia tradicional não tem cumprido efetivamente o papel de disseminar informações que provoquem uma mudança de valores a respeito da violência de gênero, o que impacta diretamente o exercício de controle social e a implantação de políticas públicas.

Entram em cena, então, iniciativas estruturadas a partir de práticas sociais de comunicação, que incorporam discursos feministas e influenciam o campo da recepção. Ao divulgar conquistas e direitos, as campanhas buscam encorajar mulheres em situação de violência a denunciar e se proteger,

envolvendo diferentes setores da sociedade na desnaturalização da violência de gênero. De acordo com Lamego (2014), o modelo de trabalho de natureza colaborativa e liderado por organizações feministas fortalece a capacidade de enfrentamento do problema. Adicionalmente, evidencia o protagonismo do movimento feminista na disputa simbólica sobre a temática. A autora recorre ao conceito de polifonia, originalmente desenvolvido por Bakhtin (1981), para ilustrar a presença de diversas “vozes” percebidas simultaneamente nos discursos sobre violência de gênero.

As campanhas publicitárias, sobretudo aquelas interpretadas por mulheres, poderiam ser pensadas como ferramentas de identidade que possibilitassem a conscientização e nomeação da experiência de violência. Seria necessário, porém, que tais discursos incorporassem o lugar de fala que as questões étnicas e raciais inscrevem no âmbito da representatividade, por exemplo. Da mesma forma, é preciso fazer circular campanhas protagonizadas por homens que dialoguem com outras formas de sustentação das identidades masculinas, a exemplo da campanha “Chega de ser um homem que aceita a violência contra mulher! Juntos contra a violência” (TV Globo, 2021).

Muitas vezes, como explicitado na narrativa de Alice, as vítimas de violência doméstica não sabem que vivem uma agressão, pois existe uma naturalização da família e da sociedade sobre as relações de poder entre os gêneros. As campanhas podem oferecer um espaço coletivo de fala compartilhada e com a possibilidade de identificação, que abre para o reconhecimento e a ressignificação do sofrimento, e, talvez, uma liberdade de agir. Permitem a construção de um espaço público de discussão, responsável pelo processo de elaboração e perlaboração das situações de violência. Assim, o encontro, pela televisão, com o relato ou a definição de violência realizados por outra mulher, uma atriz influente, cria um campo identificatório com coordenadas para o reconhecimento da situação de violência doméstica.

Considerações finais: por uma ética do sujeito e a Era da Performance

Nossa aposta foi, com base nas narrativas de mulheres sobreviventes de tentativas de feminicídio, articular discussões das teorias da Comunicação e da Psicanálise para refletir sobre a complexidade da relação entre mídia e violência contra a mulher.

A transformação digital tem fundamental importância na amplificação das diversas vozes. As mudanças provocadas pelas TIC desverticalizaram a comunicação, redefinindo a maneira como as narrativas são construídas, circulam e são consumidas. As mídias sociais inserem nesse ambiente discursivo novas possibilidades de participação e interação. Indivíduos expressam opiniões, compartilham experiências e criam conteúdos (há desintermediação da informação e descentralização do poder informativo). Se as campanhas publicitárias que pautam a violência contra a mulher podem oferecer um lugar coletivo de fala, o ambiente digital democratiza esse lugar e acelera a velocidade com que as informações circulam.

Eu já estava praticando ioga e, paralelo a esse trabalho nas academias, eu também comecei o Instagram de treino . . . O meu Instagram, no dia da ocorrência, estava batendo mais de 10 mil seguidores. Cheguei a falar um pouco do que aconteceu, de violência. (Madeleine)

Ainda que a Era das Mídias seja também a era do convite ao sujeito da Performance, o fragmento da história de Madeleine retrata como o campo digital, rompendo os limites da mídia tradicional e estendendo-se agora às atividades cotidianas públicas e privadas, surge como espaço que pode veicular uma posição ativa da mulher ante o problema da violência doméstica. É um fato que violências anteriormente ocultas em residências tornam-se visíveis, aproveitando a relativa segurança oferecida pelas mídias sociais a seus usuários. As “bolhas” de influência ligadas a amigas, aos seguidores e até mesmo aos mecanismos de indexação, como as *hashtags*, permitem uma estruturação mais rápida dessas conexões.

Em 2015, o ativismo contra a violência às mulheres nas mídias sociais ganhou notoriedade (Romeiro, 2019). A *hashtag* #AskHerMore, originada durante a cerimônia do Oscar, desafiou estereótipos de gênero, ao incentivar perguntas mais relevantes sobre o trabalho das mulheres do que sobre suas roupas. No Brasil, no mesmo ano, o uso de *hashtags* para combater a violência contra mulheres começou com #primeiroassédio, impulsionada pela ONG Think Olga, ao denunciar atos pedófilos no programa MasterChef Júnior. A adesão ao movimento foi significativa, com mais de

82 mil utilizações em uma semana. Surgiram outros movimentos, como #nãomereçoserestuprada, #mexeucomumamexeucomtodas, cada um associado a acontecimentos específicos noticiados em diversos meios de comunicação.

Sabemos, contudo, advertidos pela Psicanálise, que sempre há um real em causa para o sujeito da linguagem. A visibilidade de temas por meio da indexação popular, certamente, representa novas estratégias de militância e exposição de questões importantes, como a desnaturalização da violência sexual contra mulheres, o combate ao racismo, denúncias de corrupção, entre outras. Mas há sempre um resto não eliminável, que não se esgota por não ser totalmente simbolizável e que retorna na singularidade de cada sujeito, convocando-o a encontrar, à sua maneira, sua forma de lidar com o insuportável do trauma.

Eu recebi muitos depoimentos na minha rede social, que eu usava na época, mas, mesmo assim, passa. As pessoas, elas vão ali, falam um pouco, mas têm medo de continuar. Eu tive que continuar, assim, a ponto de me isolar mesmo. (Madeleine)

Como apontam Romeiro e Pimenta (2021), solidariedade e violência convergem nas redes sociais, seja no viés da identificação, seja na formação de redes afetivas e de expressão de emoções, que também dão ambiência a julgamento moral, compartilhamento de discursos de ódio, vigilância indevida, entre outros problemas. “Ser mulher e ‘sobreviver’ em uma sociedade majoritariamente heteronormativa e misógina é performar resistência e resiliência em um ‘campo minado’” (p. 111).

Tive que acabar com a minha rede social, porque eu comecei a ter mania de perseguição, de achar que as pessoas que estavam ali não estavam interessadas em mim e sim saber o que eu estava fazendo por causa dele. Eu tive também que dar baixa na minha rede social, que eu usava também pra trabalho, e abri um outro Instagram. Comecei a dar aula on-line de ioga, só pra poder movimentar. Como estava na pandemia, e estava um monte de gente, eu vendo que o índice de violência estava aumentando, eu falei: “Ó, vou fazer o seguinte, vou abrir minha câmera pra fazer exercícios, eu tô aqui sozinha, e ver quem quer fazer também, em casa, outras mulheres”. (Madeleine)

Assim, pensamos que as mídias podem reforçar preconceitos de origem, mas podem também ser pensadas como estratégia social e uma ferramenta de combate ao preconceito, à misoginia e à desconstrução da hegemonia patriarcal e de suas heranças

coloniais ante o lugar dado, nesse cenário, ao corpo e à vida de mulheres reais. Dessa forma, acreditamos que é urgente o convite para o diálogo transdisciplinar para pensar e enfrentar o problema da violência doméstica contra a mulher.

Referências


- Badiou, A. (1995). *Ética: um ensaio sobre a consciência do mal*. Relume Dumará.
- Bakhtin, M. (1981). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Forense Universitária, 1981.
- Barros Filho, C.. (2001). *Ética na comunicação: da informação ao receptor*. Moderna.
- Blumer, H. (1969). Suggestions for the study of mass-media effects. In *Symbolic interactionism: perspective and method* (pp. 183-194). Prentice Hall.
- Braga, J. L. (2006). Mediatização como processo interacional de referência. *Animus*, 5(2), 9-31.
- Conselho Nacional de Justiça. (2019). *Recomendação Geral nº 35 sobre violência de gênero contra as mulheres do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW)*.
- Correia, A., Neves, S., Gomes, S., & Nogueira, C. (2017). O femicídio na intimidade sob o olhar dos media: reflexões teórico-empíricas. *Gênero & Direito*, 6(1). <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/29612>
- Deleuze, G. (2005). O que é o dispositivo. In *O mistério de Ariana* (3a. ed., pp. 83-96). Vega.
- Ennes, M. A. (2013). Interacionismo simbólico: contribuições para se pensar os processos identitários. *Perspectivas*, 43, 63-81. <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/5956>
- Fernandes, B. C. A. (2022). *Para os jornais a mulher importa, desde que morta: a violência contra as mulheres na mídia* [Tese de Doutorado, Universidade do Minho]. RepositoriUM. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/79727/1/Brenda%20Camilli%20Alves%20Fernandes.pdf>
- Fernandes, F. F. & Barichello, E. M. R. (2021). Contribuições do interacionismo simbólico para pensar a comunicação nas organizações: macro e micropossibilidades. *Comunicologia – Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília*, 14(2), 115-134. <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/12487>
- Freud, S. (1996). Psicologia de grupo e análise do ego. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 79-154). Imago. (Trabalho original publicado em 1921)
- Gastaldo, E. & Braga, A. (2013). A Escola de Chicago e a história dos estudos de comunicação no Brasil. In J. C. G. Lima & J. M. Melo (Orgs.), *Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil: 2012/2013* (pp. 33-52). Ipea.
- Goffman, E. (1998). *A representação do eu na vida cotidiana*. Vozes.
- Guerra, A. M. C., Moreira, J. O., & Silva, A. C. D. (2022). Narrativas memorialísticas e arte na cena da pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais. *Psicologia em Estudo*, 27. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v27i0.47143>
- Hitchcock, A. (Diretor). (1958). *Um corpo que cai* [Filme]. Paramount Pictures.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2a ed.). *Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica*, 38. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf
- Instituto de Pesquisa DataSenado. (2023, novembro). *Pesquisa nacional de violência contra a mulher* (10a ed.). Secretaria de Transparência do Senado Federal. <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasenado-2023>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2022). *Atlas da violência: violência contra mulher*. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9144-dashboarviolenciamulherfinal-1.pdf>
- Lacan, J. (1985). *O seminário, Livro 2: o Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1954-1955)
- Lacan, J. (1998a). Função e campo da fala e da linguagem. In *Escritos* (pp. 238-324). Zahar. (Trabalho original publicado em 1953)

- Lacan, J. (1998b). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: "Psicanálise e estrutura da personalidade". In *Escritos* (pp. 653-691). Zahar. (Trabalho original publicado em 1961-1966)
- Lamego, G. (2014). *Sentidos sobre violência contra as mulheres: uma análise interpretativa de produtos comunicativos provenientes de campanhas brasileiras* [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório UFBA. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16331/1/Tese%20Gabriela%20Lamego.%202014.pdf>
- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006, 7 de agosto). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Mead, G. H. (1974). *Mind, self and society: from the standpoint of a social behaviorist*. The University of Chicago Press.
- Moscatiello, G. (2020, 4 de novembro). Outras Cartografias: Feminicídio na América Latina. *Outras Palavras*. <https://outraspalavras.net/feminismos/outras-cartografias-feminicidio-na-americalatina/>
- Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. (P. A. Guareschi & G. Duveen, Trans.). Vozes.
- Mulheres apaixonadas: ações socioeducativas. (2021, 28 de outubro). *Memórias Globo*. <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/mulheres-apaixonadas/noticia/acoes-socioeducativas.ghtml>
- Organização das Nações Unidas. (2023). Segundo a CEPAL, em 2022 ao menos 4.050 mulheres foram vítimas de femicídio ou feminicídio na América Latina e no Caribe. *CEPAL*. <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/segundo-cepal-2022-menos-4050-mulheres-foram-vitimas-femicidio-ou-feminicidio-america#:~:text=Em%202022%2C%20ao%20menos%204.050,a%20Am%C3%A9rica%20Latina%20e%20>
- Pasinato, W. (2010). Lei Maria da Penha: novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? *Civitas*, 10(2), 216-232. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/6484/5603>
- Phillips, D. P. (1974). The influence of suggestion on suicide: substantive and theoretical implications of the Werther Effect. *American Sociological Review*, 39(3), 340-354. <https://doi.org/10.2307/2094294>
- Reina, E., Centenera, M., & Torrado, S. (2018, 27 de novembro). América Latina é a região mais letal para as mulheres. *El País*. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html
- Romeiro, N. L. (2019). *Vamos fazer um escândalo: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Repositório Institucional do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1074/1/Nath%c3%a1lia_Romeiro_2019_disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf
- Romeiro, N. L., & Pimenta, R. M. (2021). Mídias sociais, violência contra mulheres e informação: prospecção do campo à luz das humanidades digitais. *Em Questão*, 27(4), 107-136. <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/105210>
- Sanematsu, M. (Org.). (2019). *Imprensa e direitos das mulheres: papel social e desafios da cobertura sobre feminicídio e violência sexual*. Instituto Patrícia Galvão/Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (MMFDH). https://assets-institucional-ijg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2019/12/monitoramento_final.pdf
- Santos, N. O. (2014). *Violência contra mulher "a gente vê por aqui!": a representação da violência doméstica em telenovelas brasileiras* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás]. Repositório Institucional UFG. <https://repositorio.bc.ufg.br/tesdeserver/api/core/bitstreams/fa964cf5-f422-47e2-8a7f-920c3ed15800/content>
- Scorsese, M. (Diretor). (1974). *Alice não mora mais aqui* [Filme]. Warner.
- Silverstone, R. (2005). *Por que estudar a mídia?* (2a ed.). Loyola.
- TV Globo. (2021, 13 de dezembro). Chega de ser um homem que aceita a violência contra mulher! Juntos Contra A Violência [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=SnqDX3flrj4>
- Verdêlio, A. (2020, 25 de novembro). Mídia é importante parceira no combate à violência contra mulher. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/midia-e-parceira-no-combate-violencia-para-mulher-dizem-especialistas>

Mônica Eulália da Silva Januzzi

Doutora e mestra em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Possui pós-doutorado em Estudos Psicanalíticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte – MG. Brasil.


E-mail: januzzimonicaeulalia@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0003-0788-9968>

Jacqueline de Oliveira Moreira

Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestra em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista produtividade ID/CNPq e professora na Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte – MG. Brasil.


E-mail: jacqdrawin@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0901-4217>

Mozahir Salomão Bruck

Doutor em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte – MG. Brasil.


E-mail: mozahir@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9983-6072>

Juliana da Costa Fernandes

Especialista em Gestão Estratégica e em Marketing Digital, bacharel em Comunicação Social – Jornalismo, mestranda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte – MG. Brasil.


E-mail: juliana3101@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0004-5449-5579>

Nathíele Araújo Oliveira

Doutora em Processos Psicossociais pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte – MG. Brasil.

E-mail: nath.araujo.oliveira@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1876-8715>

Financiamento: CNPq.

Endereço para envio de correspondência:

Av. Dom José Gaspar, 500, Coração Eucarístico. CEP 30535-901. Belo Horizonte – MG. Brasil.

Recebido 25/01/2024

Aceito 24/02/2025

Received 01/25/2024

Approved 02/24/2025

Recibido 25/01/2024

Aceptado 24/02/2025

Disponibilidade de dados: os dados da pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003282661>

Editores responsáveis: Miriam Cristiane Alves e Rafael Wolski de Oliveira.

Como citar: Januzzi, M. E. S., Moreira, J. O., Bruck, M. S., Fernandes, J. C., & Oliveira, N. A. (2026). Psicanálise e Comunicação Social: afetos e éticas nos processos midiáticos do feminicídio. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 46, e282661. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003282661>

How to cite: Januzzi, M. E. S., Moreira, J. O., Bruck, M. S., Fernandes, J. C., & Oliveira, N. A. (2026). Psychoanalysis and Social Communication: affections and ethics in the femicide media processes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 46, e282661. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003282661>

Cómo citar: Januzzi, M. E. S., Moreira, J. O., Bruck, M. S., Fernandes, J. C., & Oliveira, N. A. (2026). Psicoanálisis y Comunicación Social: afectos y ética en los procesos mediáticos del feminicídio. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 46, e282661. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003282661>